

OS INGARIKÓ E A RELAÇÃO COM O PARQUE NACIONAL DO MONTE RORAIMA, REGIÃO TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL - UIRAMUTÃ

Márcia Teixeira Falcão ¹

RESUMO

o presente artigo tem como objetivo demonstrar a relação dos ingarikó com Parque Nacional do Monte Roraima (PNMR) através do processo de implantação do Conselho Consultivo. Metodologia envolveu estudos já realizados na área, visitas *in loco*, entrevistas e produção de etnomapas que demonstram a relação dos indígenas com o PNMR. Os resultados demonstram que a relação dos Ingarikó com o PNMR foi conflituosa, no sentido em que eles (indígenas) não foram consultados sobre a sobreposição do parque em suas terras, para diminuir os conflitos foi implantado o conselho consultivo para gestão compartilhada entre os ingarikó e o ICMBio. No entanto, durante o governo Bolsonaro as tratativas foram extintas, e atualmente está em processo de reconstrução e alinhamento para retomada das ações.

Palavras-chave: Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Parques Nacionais, Gestão compartilhada.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo demostrar la relación entre el Ingarikó y el Parque Nacional Monte Roraima (PNMR) a través del proceso de implementación del Consejo Consultivo. La metodología involucró estudios ya realizados en la zona, visitas de campo, entrevistas y elaboración de etnomapas que demuestran la relación entre los pueblos indígenas y el PNMR. Los resultados demuestran que la relación entre los Ingarikó y el PNMR fue conflictiva, en el sentido de que ellos (los indígenas) no fueron consultados sobre la superposición del parque en sus tierras. Para reducir los conflictos se implementó un consejo asesor para la gestión compartida entre los Ingarikó y el ICMBio. Sin embargo, durante el gobierno de Bolsonaro las negociaciones fueron dadas por terminadas, y actualmente se encuentran en proceso de reconstrucción y alineación para retomar acciones.

Palabras clave: Tierra Indígena Raposa Serra do Sol, Parques Nacionales, Gestión compartida.

INTRODUÇÃO

Em 1989 foi criado o Parque Nacional do Monte Roraima (PNMR) por intermédio do Decreto nº 97.887 de 28/06/1989, através do ‘Programa Nossa Natureza’, como uma unidade de proteção integral, que tem como objetivo a proteção de ecossistemas da Serra do Pacaraima,

¹ Professora da Universidade Estadual de Roraima - UERR, marciafalcao.geog@uerr.edu.br

assegurando a proteção da fauna, flora e outros recursos naturais geológicos, geomorfológicos e cênicos proporcionando oportunidade controlada para visitação, educação e pesquisa científica (SILVEIRA, 2010).

Em 1997 foi elaborado o termo de referência para a construção do plano de manejo, somente, dois anos depois, é que as atividades de elaboração do referido documento foram iniciadas, os ingarikó reforçam que não foram devidamente consultados e nem participaram de nenhum dos dois processos.

Atualmente o PNMR tem assegurado pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) a preservação integral de sua flora, fauna e demais recursos naturais, mantendo suas características geológicas, geomorfológicas e cênicas (REIS, 2006). Com o estabelecimento da Portaria nº 303 em 16 de julho de 2012, que instituiu o usufruto dos indígenas na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade do ICMBio, que responde pela administração da área da unidade de conservação também afetada pela terra indígena (Ingarikó e Macuxi) com a participação das comunidades indígenas, que devem ser ouvidas, levando-se em conta os usos, tradições e costumes dos indígenas, podendo para tanto contar com a consultoria da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI.

A terra indígena Raposa Serra do Sol, é caracterizada por ser uma área de tripla afetação: terra indígena, fronteira e parque nacional, como forma de integrar os povos indígenas no processo de discussão, o ICMBio, foi criado o conselho consultivo, com objetivo de executar a gestão de UCs sobrepostas de forma participativa em que respeite os direitos indígenas garantidos na Constituição.

Nesse processo de discussão então os Ingarikó, etnia conhecida como povo da mata espessa, da montanha de origem Karib, e se autodenominam Kapon/Pemon e sempre viveram nas serras, no entanto, por algum tempo foram apontados como subgrupo que se diluía entre os Macuxi (CRUZ, 2008). Uma fama secular que acompanha os ingarikó é que são guerreiros bravos e implacáveis, se intitulam *kanaimé* (entidade que possui poderes malignos que faz com que a vítima ceda aos seus poderes) essa fama atravessou os séculos e chegou à atualidade e ainda hoje os ingarikó são bastante respeitados e referendados pelas outras etnias como grandes guerreiros.

Segundo os Ingarikó, os antepassados praticavam a antropofagia, isto é, eram canibais, comiam as pessoas como se fossem caças, o que levou esse povo a ser conhecido como canibais, talvez uma forma estratégica de se proteger socialmente. Segundo Falcão (2016) até o início dos anos 80, os Ingarikó eram apontados como subgrupos e viviam entre os indígenas macuxi, e somente no início dos anos 90, os ingarikó ganharam visibilidade devido ao artesanato em

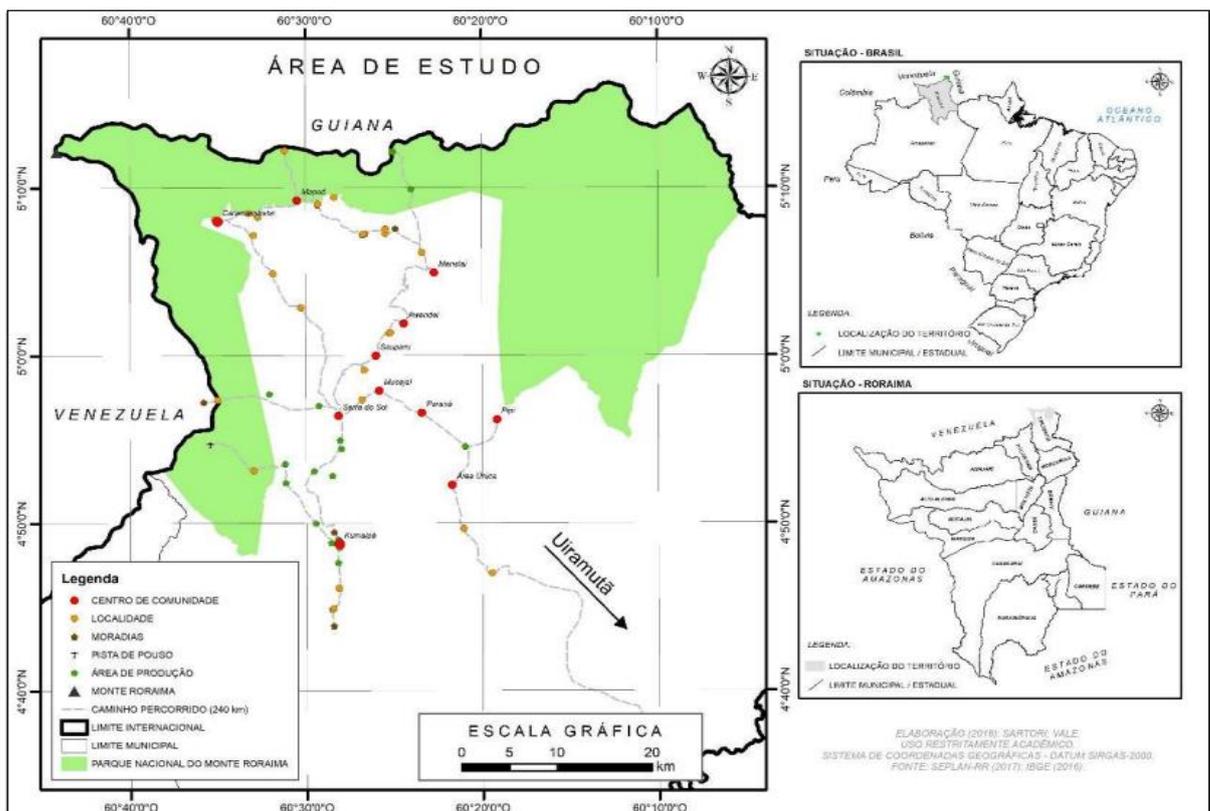
palha, a organização das suas escolas e à participação no processo político de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) e a partir daí, passaram a atuar entre as demais etnias e a sociedade roraimense. (CRUZ, 2008)

Dessa forma, o presente artigo teve como objetivo demonstrar a relação dos ingarikó com Parque Nacional do Monte Roraima (PNMR) através do processo de implantação do Conselho Consultivo, considerando estudos já realizados na área, visitas *in loco*, entrevistas e produção de etnomapas que demonstram a relação dos indígenas com o PNMR.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na região Ingarikó, localizada na Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR localizada na porção nordeste do Estado de Roraima, município do Uiramutã. Participaram da pesquisa as comunidades: Manalai, Mapaé e Serra do Sol, que são os polos de implantação do conselho consultivo entre o povo ingarikó e o ICMBio (Figura 01).

Figura 01: Localização da região ingarikó



A coleta de dados ocorreu a partir das oficinas realizadas com os Ingarikó das três comunidades envolvidas, a dinâmica das oficinas envolveu a construção de mapas cognitivos. Durante as oficinas utilizou-se o método intencional que se baseia na experiência ou

conhecimentos do grupo escolhido (ALBUQUERQUE; LUCENA; LINS NETO, 2010).

Participaram 15 (quinze) informantes das comunidades: Manalai, Mapaé e Serra do Sol. As entrevistas realizadas buscaram compreender a relação mística, social e econômica dos indígenas com o PNMR. A pesquisa foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (nº CAAE 19903813.1.0000.5302), pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI.

Durante a pesquisa, foi realizada a observação direta em campo, que serviu como subsídio necessário para contemplar a descrição etnográfica mediante uma extensão dialógica com os entrevistados. As indagações foram pautadas em um caráter qualitativo, apontado por Bauer; Gaskell e Allum (2002), que tem como objetivo observar as maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto. Essa relação se pauta na relação humana com a biodiversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Monte Roraima e a relação mística

O Monte Roraima passou a ser conhecido a partir da obra “O mundo perdido”, escrito por Arthur Conan Doyle, em 1912, sendo este parte do repertório mitológico dos indígenas e, de certo modo, também de nosso imaginário literário, de morada de Macunaíma, entidade recriada no modernismo de Mário de Andrade, intitulada Macunaíma. Falcão (2016) ressalta que para os Ingarikó, onde se localiza hoje o Monte Roraima havia uma enorme árvore, chamada de árvore da vida, com todos os tipos de frutos, e Macunaíma, por preguiça, cortou a árvore para pegar os frutos com mais facilidades e a árvore cortada caiu na Guiana, o que, segundo os Ingarikó, explica a existência de uma densa floresta naquela região em contraste com os campos de Roraima. As cachoeiras presentes no monte retratam as lágrimas, e os lagos representam o choro da natureza pelo crime de Macunaíma. As comunidades Manalai e Mapaé são as mais próximas ao parque. A área circunvizinha é o reduto da busca por alimentos, no qual os indígenas caçam e pescam e também cultivam as suas roças

Nesse sentido, o Monte Roraima é chamado regionalmente de *tepuy* na língua indígena, ocupa um lugar relevante, principalmente na cosmologia e no universo simbólico dos Ingarikó e Macuxi, no Brasil, apesar de ocupar apenas cerca de 5% em território brasileiro (REIS, 2006; COSTA; FENANDES, 2012).

O PNMR, apresenta um mosaico de fitofisionomias de savanas abertas com manchas de floresta ombrófilas e refúgios de montanos, tem um papel importante na proteção de 11,7% (28 km²) dos ecossistemas de refúgios, denominado por Barbosa et. al (2007) como ‘refúgios montanos do lavrado’.

Destarte o PNMR se configura como um espaço legal de preservação e endemismo de fauna e flora formada há aproximadamente 120 milhões de anos, pois se caracteriza como uma ilha geológica sedimentar. No seu entorno vivem os índios diretamente afetados - os Ingarikó – que possuem regras associadas à caça, e às regras de manutenção de áreas de reserva de caça, através de estratégias conscientes e deliberadas, cujo objetivo é o de “deixar os animais se reproduzirem” e ‘evitar que a floresta vire campo’ (LAURIOLA, 2011).

A Constituição brasileira no seu artigo 231 reconhece “aos índios [...] os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” cabendo a União demarcá-la garantindo o respeito e o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a questão indígena se torna em Roraima palco de intensos e acalorados debates, principalmente acerca do comprometimento do desenvolvimento econômico do estado; à questão da sobreposição de terras através da demarcação das terras indígenas e a sobreposição do Parque Nacional do Monte Roraima (PNMR); e ainda os escassos estudos retratam a etnocientificidade e o uso da terra das etnias roraimense.

O processo de criação do Conselho Consultivo Pikatënninan

Em 1979, a FUNAI institui um grupo de trabalho para identificação da área indígena Raposa Serra do Sol, foram trabalhos parciais, sem um estudo antropológico e historiográfico, no entanto, propuseram a identificação de uma área de 1.347.810 ha. Em 1984, através das Portarias: nº 1.661/E, de 06/07/1984 e nº 1.777/E, de 04/10/1984, que propôs a identificação e o levantamento fundiário da área, desmembrando-a em cinco áreas contíguas: Xununuetamu (53.510 ha); Surumu (455.610 ha); Raposa (347.040 ha) e Maturuca-Serra do Sol (721.690 ha) identificando assim, como região propensa a demarcação.

Com a publicação do Decreto nº 97.887, de 28 de junho de 1989, cria-se o PNMR, pelo então presidente José Sarney. Em 1997, o Governo Estadual, para obstruir o processo de demarcação, cria o município do Uiramutã, depois da identificação da terra como indígena. Através da Portaria nº 820 do Ministério da Justiça, de 11 de dezembro de 1998, ocorre a homologação da TIRSS (na qual, em 13 de junho de 1989, já havia sido identificada a área Ingarikó).

Em 2000, os ingarikó foram convidados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para participar de uma Oficina de Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Monte Roraima, no entanto, não compreendiam o propósito de uma Unidade de Conservação, bem como a função do IBAMA, esse processo ocorreu antes da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que se deu em 2005,



cujo decreto refere-se à condição de dupla afetação da área do PNMR, que passaria a exigir políticas de proteção à biodiversidade articuladas à garantia dos direitos indígenas no território em questão.

Com a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), envolvendo os municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima através do Decreto s/n, de 15 de abril de 2005 demarcação da TIRSS em área contínua, desencadeando a retirada dos não índios da região através da chamada Operação *Upatakon* (Nossa Terra).

Durante esse período (2005 a 2008) formou-se um grupo de trabalho constituído entre: Conselho Indígena Ingarikó (COPING), Conselho Indígena de Roraima (CIR), representantes de instituições governamentais como a FUNAI, o IBAMA e o ICMBio para a construção de um Plano de Administração da área duplamente afetada. Em 2007, o ICMBio foi criado e assumiu o gerenciamento das Unidades de Conservação federais. Assim, em 2008 foi criado o Plano Interinstitucional intitulado *Pata Eseru*, com objetivo de elaborar um plano de administração conjunta entre FUNAI, ICMBio e os Ingarikó, na área duplamente afetada, buscando um esforço conjunto, cujo objetivo é conservar a diversidade biológica e garantir aos indígenas que ali habitam seus direitos sobre o território tradicionalmente ocupado e necessário para sua sobrevivência física e cultural.

Houve divergência entre os indígenas que defendiam a extinção do PNMR e os que encontravam na manutenção da unidade um reforço para autonomia política Ingarikó. Em 05 de junho de 2012, através do Decreto nº 7.747, foi instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas-PNGATI, com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a probidade do patrimônio indígena, a melhoria da cultural das presentes e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, conforme preconiza a legislação vigente.

Como diz Sartori e Pereira (2019) o Estado se recusou a emitir os sinais de reconhecimento em relação aos Ingarikó, ou seja, ficaram inviseveis as decisões que o afetam diretamente, levando-os a atitude do *kaané!* (não) que conforme Lauriola (2003 p. 20): [...] as discussões realizadas nas comunidades indígenas Ingarikós demonstraram que as regras do Parque, assim como as previstas no zoneamento do Plano de Manejo, são incompatíveis com a permanência das formas tradicionais indígenas de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais.

Para evitar um novo conflito foi instituída a criação do Conselho Consultivo “Pikatíninnan” do PNMR, visando à gestão compartilhada do parque, no qual os Ingarikó

discutiram ativamente nas suas assembleias a referida questão, e também alguns indígenas foram capacitados pelo ICMBio para atuarem como agentes ambientais e salvaguardarem o PNMR. Com relação ao processo de implantação do conselho consultivo, os ingarikó realizaram reuniões em janeiro de 2014 para votação dos seus representantes (Manalai, Mapaé e Serra do Sol) junto ao Conselho (Figura 02).

Figura 02: Debate sobre a formação do conselho consultivo e escolha dos representantes ingarikó



Fonte: Acervo fotográfico, Elizabeth Melo, 2012

Durante as entrevistas realizadas com as lideranças, enfatizaram a necessidade de entender melhor o funcionamento da Unidade de Conservação por parte do ICMBio, pois os ingarikó já tem clareza do que querem em relação às suas terras, e a gestão do parque é do povo indígena. Corroborando com Fernandes (2005) que comenta que o território possui duas dimensões internas de análise: a dimensão material (que são os objetos geográficos) e a dimensão imaterial (ações e representações criadas e outras formas de produzir o poder). Essas duas dimensões são indissociáveis na construção dos territórios e indispensáveis na análise geográfica.

Fuini (2017) destaca que o território também assume multidimensionalidade (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações. Destaca-se que o território ingarikó se configura dentro desta multidimensionalidade. Nesse sentido, tem-se a chamada ecologia política como o estudo das relações de poder e conflitos políticos sobre a distribuição ecológica e as lutas sociais para a

apropriação da natureza, que abre para novos diálogos e novas identidades e de novas formas de conhecimento (LEFF, 2013).

Pós Bolsonaro e o retorno das ações do ICMBio juntos aos ingarikó

Durante o governo Bolsonaro, assim como diversos órgãos, o ICMBio sofreu ações de desmonte, inclusive com a tentativa de privatização de alguns parques como parques nacionais do Iguaçu (PR), de Jericoacoara (CE) e dos Lençóis Maranhenses (MA). Segundo Abrão (2020) o processo se daria por meio da concessão, no qual o governo cede para uma empresa o direito de explorar de forma comercial e com período determinado, um bem público. Em contrapartida, a iniciativa privada é obrigada a conservar e promover melhorias nesses bens concedidos.

Uma das características do governo anterior, foi o desmonte da política ambiental associado à destruição do meio ambiente e aos interesses dos setores políticos e econômicos que se beneficiam com isso, ou seja como eles mesmo intitularam “passar a bioada” sobre as leis ambientais.

Nesse sentido, as discussões voltadas aos conselhos consultivos não tiveram mais continuidade, prevalecendo o ataque aos povos indígenas e ao ambiente natural, com destaque ao aumento do desmatamento e a quase extinção dos indígenas yanomami. Em 2023, o ICMBio retomou diversas ações que tinham sido suspensas, dentre elas o retorno da discussão referente aos conselhos consultivos, em Roraima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação dos ingarikó com o PNMR foi marcada por diversas dúvidas, que para os índios, a implantação do parque, poderia comprometer o seu ‘modo de vida’, através da alteração sua cultura, com a proibição da caça, e chegada de turistas na região.

No entanto, o que se vem observando nas últimas assembleias, é que a concepção de retirada do parque do entorno das terras ingarikó, vem se transformando em uma discussão sobre a implantação gestão compartilhada, já prevista legalmente, e aos olhos dos ingarikó mais jovens, é uma forma também de se pensar a preservação e a conservação do PNMR.

No entanto, os mais idosos, possuem o pensamento contraditório em relação ao processo de gestão do parque, pois tem a concepção que a questão poderá limitar o acesso às áreas sagradas (serras, rios e outros) bem como poderá limitar as áreas de caça e pesca no entorno do PNMR.

Dessa forma, a proteção do PNMR, dentro do processo de gestão compartilhada, poderá acarretar um novo modelo de desenvolvimento sustentável que possivelmente poderá servir de modelo, desde que se respeitem as concepções culturais e identitárias dos ingarikó. E ainda

proporcionar a sustentabilidade da área de estudo, visto a área estudada possui um alto grau de endemismo, ou seja, existem muitas espécies de animais e plantas que só podem ser encontrados lá, principalmente répteis e anfíbios. Destaca-se que o processo de continuidade da efetivação do conselho consultivo, deve ter ainda como foco essencial, o respeito aos povos que ali coexistem com o ambiente natural, no caso os ingarikó.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, C. Quais são os parques nacionais que vão ser privatizados pelo governo Bolsonaro. Turismo, **Gazeta do Povo**, 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/parques-nacionais-privatizacao-concessao-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 20 nov. de 2023.
- ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; LINS NETO, E.M.F. 2010. Seleção dos participantes da pesquisa. In: Albuquerque, U.P.; Lucena, R.F.P.; Cunha, L.V.F.C. (Org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife-PE: NUPEEA. (Col. Estudos & avanços).
- BARBOSA, R.I.; CAMPOS, C.; PINTO F.; FEARNSSIDE, P.M. 2007. The “Lavrados” of Roraima: Biodiversity and Conservation of Brazil’s Amazonian Savannas. **Functional Ecosystems and Communities**. 1(1). p.29-41.
- BAUER, W. M.; GASKELL, G.; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petropolis: Vozes, 2010. p. 17-36.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.1988.
- COSTA, J.A.; FERNANDES, M.L. 2012. Monte Roraima e Pico da Neblina: pontos culminantes do Brasil. In: Hasui, Y.; Dal Ré Carneiro, C.; Almeida, F.F.M.; Bartorelli, A. (Org.). **Geologia do Brasil**. São Paulo: Beca. p.190-199.
- CRUZ, O.S. Os Ingarikó (Kapon) na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. **Tensões Mundiais**. Fortaleza, v. 4, n. 6, jan./jul. 2008. p.117-154.
- FALCÃO, M.T. **Ambiente e conhecimento tradicional da etnia Ingarikó na terra indígena Raposa Serra do Sol** – Roraima: abordagem etnocientífica no estudo do uso da terra. 2016. 105f. Tese. (Doutorado em Biodiversidade e Conservação) – Museu Paraense Emilio Goeldi Belém – PA, 2016.
- FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina**., v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21 (2017), n.1, p. 19-29. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589/pdf> . Acesso em: 25 nov. 2023.



LAURIOLA, V. Ecologia Global contra Diversidade Cultural? Conservação da Natureza e Povos Indígenas no Brasil. O Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. *Ambiente & Sociedade* - Vol. V – nº 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI – nº 1 - jan./jul. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/th8T5N8xHcCsd8Rhbm6gNhD/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 02 nov. 2023

LAURIOLA, V.M. 2011. De quem é o Monte Roraima? Terras indígenas e unidades de conservação entre os dilemas da conservação na Amazônia brasileira. **Passages de Paris**. 6. p. 53-110.

LEFF, E. Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, p. 11-20, jan./jun. 2013. Editora UFPR. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269733079_Ecologia_Politica_uma_perspectiva_latino-americana. Acesso em: 02 ago. 2023

REIS, N.J. 2006. Monte Roraima, RR - Sentinela de Macunaíma. **SIGEP** (série: Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil). CPRM. p. 89-98.

SARTORI, O. C. **Implicações da invisibilização dos Ingarikó na uniduidade estabelecida pelo Parque Nacional do Monte Roraima**. 157f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade) Universidade Federal do Amazonas, 2019. Disponível em: [TEDE: Implicações da invisibilização dos Ingarikó na uniduidade estabelecida pelo Parque Nacional do Monte Roraima \(ufam.edu.br\)](https://tede.ufam.edu.br/TEDE/Implicações_da_invisibilização_dos_Ingarikó_na_uniduidade_estabelecida_pelo_Parque_Nacional_do_Monte_Roraima). Acesso em: 09 maio 2023.

SILVEIRA, E.D. 2010. **Meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional**: direitos fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia Brasileira. Curitiba: Juruá.